



**ACÓRDÃO Nº1727/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11226/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Edson de Oliveira Serrão (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5624/2022-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ofício. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Edson de Oliveira Serrão**, responsável pela Câmara Municipal de Juruá, atinentes ao exercício financeiro de 2020, na forma do art. 22, III da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Edson de Oliveira Serrão**, no valor total de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com esteio no art. 54, II, "b", da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, II, "b", do RI-TCE/AM, devido à sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal.  
Fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor total da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo



**ACÓRDÃO Nº1727/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Edson de Oliveira Serrão**, no montante total de R\$ 20.160,43 (Vinte mil, cento e sessenta reais e quarenta e três centavos), nos termos do artigo 304, inciso I c/c inciso III, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, em razão dos serviços e obras supostamente pagos e executados, porém não identificados in loco, de acordo com o item 1.2 da Proposta de Voto (Impropriedades detectadas pela DICOP). Ressalta-se que o mencionado valor do alcance imposto deve ser recolhido na esfera municipal, para o órgão da Câmara Municipal de Juruá, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução nº 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, e, caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);
- 10.4. Determinar** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações impostas ao **Sr. Edson de Oliveira Serrão**, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;
- 10.5. Determinar** com fulcro no art. 40, VIII, da Constituição Estadual, à atual gestão da Câmara Municipal de Juruá que encaminhe por meio do sistema e-Contas GEFIS, tempestivamente e corretamente os dados exigidos pela Lei Complementar nº 06/91, sob pena, em caso de descumprimento injustificado, de desaprovação de vindouras Contas;
- 10.6. Oficiar** o eminente Ministério Público do Estado do Amazonas para que, diante dos fatos identificados durante a gestão do **Sr. Edson de Oliveira Serrão**, adote, se assim entender, medidas cabíveis;
- 10.7. Dar ciência** do desfecho destes autos ao **Sr. Edson de Oliveira**



**ACÓRDÃO Nº1727/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**Serrão** e à atual gestão da Câmara Municipal de Juruá;

**11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Outubro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Auditor presente e Relator, em substituição:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator, em substituição

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral